

O CRIME DO SUL

1232
Rubem Braga

É Cômico e sinistro esse jôgo de empurra das autoridades estaduais e federais do Rio Grande do Sul em torno da morte do ex-sargento Manuel Raimundo Soares, que estava prêso. O líder do Governo na Assembléia Legislativa contesta o desmentido oficial do III Exército e afirma que o ex-sargento fôra transferido de prisão por ordem do III Exército. O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito também declara que a nota do comando do III Exército não é «nada verdadeira». Diz que o delegado só permitiu a visita da comissão ao presídio, depois de receber ordem de um major do III Exército, pois aquêle departamento do DOPS está subordinado ao Exército. O governador Ildo Meneghetti diz, por sua vez, que nenhum departamento do DOPS está subordinado ao Exército. E adianta que já respondeu a um pedido de informações do presidente Castelo Branco sôbre o prêso político encontrado morto no rio Jacuí. E afirma que «o crime será apurado».

Nem o governador nem o presidente tornaram públicas as informações do primeiro sôbre o crime. É provável que o ex-sargento, depois de se torturar, tenha se suicidado, em seguida amarrado as próprias mãos, e se lançado às águas do rio. Se o leitor não aceitar essa versão, terá de concluir que o homem foi assassinado ou por homens do Exército ou por homens da Polícia.

É claro que daqui de Ipanema eu não posso saber o que na realidade aconteceu. Não posso apontar os assassinos; mas posso apontar os cúmplices. O grande cúmplice é o Governo Federal, é o Governo da Revolução. Não, é claro, no sentido literal de ter tomado parte no crime. No sentido de que é também culpado porque criou as condições para a prática do crime; animou os criminosos com a certeza ou a esperança mais que razoável da impunidade.

Outros crimes como esse, dirigidos contra presos políticos, foram praticados em prisões civis e militares depois da Revolução. Nenhum dêles, nunca, foi punido. Quando o clamor da opinião pública levou, por exemplo, o presidente da República a mandar ao Recife o general Ernesto Geisel para apurar as denúncias documentadas de torturas, que vimos? Esse honrado general, movido pelo espírito de coleguismo (os acusados eram oficiais do Exército), ou pela conveniência política da Revolução, voltou dizendo que não havia nada. Mentiu. De qualquer maneira, sua viagem foi útil, porque depois dela, ao menos durante algum tempo, melhorou a situação dos presos políticos. Mas o fato é que, graças a essa mentira, o Governo não puniu nenhum dos torturadores. Os oficiais do Exército ou da Marinha e os policiais que torturaram presos no Recife, na Paraíba, em Goiás, no Rio — nenhum dêles foi punido e é possível que mais de um tenha sido promovido ou premiado pelo seu «zêlo patriótico».

Houve casos estranhos, como a morte daquele sargento no Hospital Central do Exército, depois de ser torturado; de homens que «sumiram», como Pedro Fazendeiro, na Paraíba, ou o cabo Anselmo, no Rio. Mil e uma vêzes houve denúncias de arbitrariedades e violências, de desrespeito aos tribunais civis e militares, e nunca, nem uma só vez, o Governo cuidou de apurar coisa alguma. Nem o ministro da Guerra nem o ministro da Marinha — nenhum dêles — nem o presidente da República teve jamais uma palavra ou um gesto de condenação à tortura dos presos políticos. Essa vergonha marcou a Revolução com um estigma impercível. É verdade que com o tempo, as coisas melhoraram, mesmo porque o clamor da opinião nacional e a repulsa internacional foram crescendo; mas essa impunidade perfeita dos torturadores, garantida pelo «espírito da Revolução», pela necessidade de «limpar a área» ou qualquer outra bôba e sinistra fórmula da «linha dura» — essa impunidade tranqüila foi certamente que animou os torturadores de Pôrto Alegre, e animou tanto, que os levou ao mais covarde e torpe dos assassinios.

E é claro que êles têm razão: ficarão, êles também, impunes, porque puni-los seria, meus Deus, contra a «honra da Revolução», aumentaria as «explorações demagógicas dos inimigos da Pátria» e «serviria aos interesses dos comunistas empenhados em destruir a Pátria e a Família» — como dirá, com certeza, o presidente da República, se êle se dignar a dizer alguma coisa sôbre assunto tão sem importância como o assassinato de um sargento.

9/9/66

154